

*Artigos Livres*

# *Dinâmicas culturais e o espaço urbano em sociedades contemporâneas*

*Cultural dynamics and urban space in contemporary societies*

Arlete Erbert<sup>1</sup>

Magna Lima Magalhães<sup>2</sup>

---

**Resumo:** As cidades são o espaço das sociedades contemporâneas, das experiências, das memórias e das utopias humanas, que não ficam imunes a tensões e conflitos. A partir de dois exemplos selecionados no município de Novo Hamburgo, região metropolitana de Porto Alegre/RS, foi realizado um estudo sobre as dinâmicas relativas a memórias, experiências, projetos e utopias de grupos e indivíduos em relação ao espaço urbano e ao sentido do lugar, abrangendo campos como a antropologia urbana, a história cultural e a geografia humanista. Nesse sentido, são exploradas a construção e a mudança no significado dos lugares por indivíduos e grupos sociais, com reflexos na gestão e no planejamento urbanos. Conclui-se que estudos culturais e interdisciplinares tornam-se relevantes e fundamentais em intervenções sobre o espaço urbano.

**Palavras-chave:** Sociedades contemporâneas; Memória e identidade; Espaço urbano.

**Abstract:** Cities are the space for contemporary societies, for human experiences, memories and utopias, which are not immune to tensions and conflicts. From two examples selected in the municipality of Novo Hamburgo, metropolitan region of Porto Alegre/RS, a study was carried out on the dynamics related to memories, experiences, projects and utopias of groups and individuals in relation to urban space and the sense of place, covering fields such as urban anthropology, cultural history and humanist geography. In this sense, the construction and change in the meaning of places by individuals and social groups are explored, with repercussions on urban management and planning. It is concluded that cultural and interdisciplinary studies become relevant and fundamental in interventions on urban space.

**Keywords:** Contemporary societies; Memory and identity; Urban space.

---

<sup>1</sup> Arquiteta e urbanista, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale.

<sup>2</sup> Docente do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale.

## 1. Introdução

A análise das dinâmicas culturais urbanas, sociais e espaciais, pode envolver múltiplos campos disciplinares, como a antropologia, a história cultural e a geografia humanista, em perspectivas diversas convergindo sobre o mesmo objeto de estudo.

Nesse sentido, no campo da historiografia no século XXI, José D'Assunção Barros sugere seis desafios a serem enfrentados pelos historiadores, entre eles “‘responsabilidade’, ‘criatividade’, ‘interdisciplinaridade’, ‘variedade’, ‘abrangência’ e ‘criticidade’” (BARROS, 2019, p. 249). Cada um desses desafios apresenta particularidades e demandas específicas a serem equacionadas.

A partir da adoção de certa liberdade conceitual preconizada por Barros (2016; 2019), entre os campos da antropologia, da história e da geografia humanista, este estudo tem por objetivo vislumbrar possibilidades de análise interdisciplinar. Assim, conceitos como sociedades urbanas contemporâneas, complexas e heterogêneas, memória e identidade são tomados em relação a intervenções no meio urbano.

Outra diretriz conceitual adotada refere-se ao trabalho do geógrafo Yi-Fu Tuan (2015), que encontra na fenomenologia um ponto de convergência para a análise multidisciplinar da relação do ser humano com o espaço, envolvendo campos diversos, como percepção, psicologia e geografia. Dessa forma, é retomada a importância dos fenômenos a partir de suas manifestações, por meio do tempo ou do espaço, procurando-se a essência das coisas e a maneira como estas são percebidas no mundo.

Então, a partir de uma abordagem interdisciplinar e fenomenológica, busca-se analisar as condutas e os conflitos entre agentes e atores sociais no meio urbano em relação à preservação da memória e das identidades locais. O foco recai sobre os reflexos de intervenções no espaço urbano, em projetos<sup>3</sup> coletivos e individuais, na construção e na manutenção de uma memória e uma identidade comuns, tomando como base conceitos como sociedades contemporâneas (SIMMEL, 1973; 2014; VELHO, 2013), memória e identidade (HALBWACHS, 1968; CANDAU, 2020), espaço enquanto lugar (TUAN, 2015) e noções de duração (BACHELARD, 1998; ROCHA, ECKERT, 2013), de projetos e províncias de significados (SCHÜTZ, 1979; 2019; VELHO, 2013).

Como *corpora* de análise foram utilizadas as manifestações públicas registradas em meios de comunicação, mais especificamente em mídias digitais locais<sup>4</sup>, bem como os registros de processos urbanísticos e documentais que tramitaram junto à administração pública municipal<sup>5</sup>.

Já o segundo caso abordado refere-se a um empreendimento em uma área considerada de interesse de preservação histórico cultural de município, que teve acompanhamento pela Comissão de Patrimônio Cultural e Natural, também instituída pelo Plano Diretor de Novo Hamburgo.

Os processos acompanhados referem-se, respectivamente, à emissão da Diretriz Urbanística 04/2014 da Comissão de Parcelamento do Solo para condomínios no bairro Vila Rosa bem como às propostas de empreendimento comercial e residencial em terreno fixo entre as ruas Vítor Hugo Kunz e General Neto – local situado nos limites de tombamento provisório promovido pelo IPHAE, em Novo Hamburgo/RS. No entanto, o foco do estudo recai sobre as reações que os projetos ou seu impedimento causaram na população local, e, nesse sentido, o uso de informações de caráter local em mídias digitais, como as do portal do jornalista Martin Behrend, é fundamental na compreensão do processo.

## **2. O estudo das sociedades contemporâneas e sua relação com o espaço urbano**

As grandes metrópoles surgidas de processos de industrialização e urbanização aceleradas englobam grande parte da população mundial, compondo quadros heterogêneos de indivíduos e grupos sociais.

Na ótica simmeliana, indivíduos em grandes cidades contemporâneas mantêm relações impessoais a fim de fazer frente a contatos e experiências diversificadas e complexas no cotidiano urbano sem comprometerem sua própria existência objetiva ou subjetiva. Na perspectiva de Georg Simmel, essa impessoalidade deriva da monetização nas relações sociais e da divisão social do trabalho, propiciando o individualismo, a fragmentação e a fugacidade objetiva e subjetiva nas sociedades contemporâneas (SIMMEL, 1973; 2014).

Nessa linha, estabelecem-se diferentes formas de interação social entre indivíduos e grupos sociais, com códigos simbólicos específicos com os quais interagem amarrados a significados compartilhados. Esses grupos podem estar ligados a um sistema articulado de experiências baseadas em valores e tradições regionais, étnicas, religiosas, ideológicas, com pesos relativos específicos, cujas fronteiras simbólicas são difíceis de definir (VELHO, 2013).

Assim, existe a possibilidade de indivíduos com características diversas formarem segmentações em subgrupos de interesses específicos dentro de contextos de cooperação ou de tensões e conflitos. Essa heterogeneidade manifestada em diversas formas de sociação<sup>6</sup> é considerada por Gilberto Velho uma das características que torna complexas as sociedades urbanas (VELHO, 2013).

Nas grandes cidades ou regiões metropolitanas, assim como os espaços, as tradições são herdadas, criadas, modificadas ou substituídas. Mas a cultura e os seus portadores têm um ritmo, uma dinâmica de transformação, conservando sua identidade à medida que mantêm sua diferença com relação a outras. Conforme Gilberto Velho e Eduardo Viveiros de Castro, quando se fala em uma cultura,

[...] não se está necessariamente ignorando os aspectos sócio-políticos que acompanham os fenômenos culturais, mas reconhecendo-se que em uma determinada conjuntura ou período histórico é possível traçar-se o perfil da cultura de uma sociedade em que possam inclusive ficar claros, ao nível da produção simbólica, as contradições e conflitos existentes (VELHO, CASTRO, 1978, p. 6).

Na perspectiva de manutenção ou criação de uma cultura ou uma identidade comum a uma comunidade, as narrativas e os lugares de memória assumem grande importância nesse processo. Jöel Candau define lugares de memória como locais privilegiados que se constituem como “referências perenes percebidas como um desafio no tempo”. O autor remete-se à definição do historiador Pierre Nora, pela qual a função do lugar de memória é “deter o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte” (CANDAU, 2021, p. 156-157).

Assim, a memória dos lugares é parte importante da unificação de uma sociedade, mantendo pontos de referência em comum a indivíduos e grupos sociais de suas experiências e memórias compartilhadas ou transferidas no espaço e no tempo (CANDAU, 2021).

Dessa forma, a implantação de grandes projetos urbanos pode alterar drasticamente as referências simbólicas, topológicas e temporais de seus habitantes sobre o lugar e, nessa perspectiva, Novo Hamburgo é o cenário escolhido dos casos em estudo.

## **2.1 A resignificação do espaço urbano mediante intervenções**

O município de Novo Hamburgo, com população estimada em 247 mil habitantes<sup>7</sup>, integra a região metropolitana de Porto Alegre/RS, cuja população é estimada em 4,4 milhões de habitantes<sup>8</sup>.

A ocupação de forma mais efetiva começou com a imigração alemã no sul do Brasil no início do século XIX. Ao longo do século XX, Novo Hamburgo foi palco de um processo de industrialização, culminando em uma rápida expansão a partir dos anos 1970, provocando mudanças intensas na paisagem urbana.

Todo esse processo teve efeitos sobre a constituição da memória e da identidade locais, levando à constituição de uma sociedade heterogênea e complexa, formada por subgrupos identitários, mas com uma memória social construída a partir da ressignificação dos valores da imigração alemã e da constituição de uma identidade singular baseada no trabalho e nos processos urbano-industriais das últimas décadas do século XX (HALBWACHS, 1968; SELBACH, 1999; MOSER; MARTINS, 2013).

Um dos casos analisados teve como palco o bairro Vila Rosa, em Novo Hamburgo/RS, com movimentos de grupos locais contra um empreendimento em uma área particular de um antigo estádio de futebol. O bairro situa-se ao norte do centro da cidade, em uma região relativamente privilegiada em termos de infraestrutura e serviços, com uma população, em geral, de padrão socioeconômico médio a médio alto.

O local do Estádio Santa Rosa, antiga sede do Esporte Clube Novo Hamburgo, durante muitos anos permaneceu desocupado e em ruínas. Muitas foram as especulações sobre o uso do terreno, até que ele foi vendido para uma universidade<sup>9</sup>, o que gerou a expectativa da construção de um centro esportivo que beneficiaria a população do bairro, que era de aproximadamente 1.800 habitantes<sup>10</sup>.

Mas, desfeita a expectativa, o terreno foi novamente vendido, dessa vez para uma grande construtora que projetava a construção de dois condomínios verticais, cada um como cerca de 330 unidades habitacionais, no sistema de financiamento do programa Minha Casa, Minha Vida, faixa 2<sup>11</sup>. Esse fato gerou as mais diversas controvérsias, frustrando expectativas e gerando manifestações por parte da população local (Figura 1).

Figura 1 – A manifestação de moradores no bairro Vila Rosa nas ruínas do Estádio Santa Rosa.



Fonte: Fotos do Portal Martin Behrend<sup>12</sup>.

Dessa forma, fazendo frente a mudanças, os indivíduos se organizam em movimentos reivindicatórios específicos, decompondo-se rapidamente depois de equacionada a questão proposta, em um compartilhamento de percepções e sensibilidades comuns (RANCIÈRE, 2000).

Além da frustração inicial e de temas pragmáticos, como o aumento populacional previsto a curto e médio prazo, outras questões permearam o movimento contra o empreendimento no local. Uma das explicitadas por membros do grupo era o padrão da construção<sup>13</sup>, entendido como abaixo do esperado pelos moradores que temiam uma mudança do perfil do entorno bem como sua desvalorização.

A construtora em questão era conhecida nacionalmente e a imagem gerada pelos moradores era a de que ela construía em padrão inferior ao desejado. No entanto, o entorno do terreno apresentava diversas construções de padrão médio ou até em mau estado de conservação, não destoando significativamente da proposta apresentada. Alguns prédios de padrão médio alto foram construídos em décadas anteriores por construtoras locais, o que trouxe expectativas de melhorias no perfil socioeconômico e na valorização da região, mas sem maiores desdobramentos e continuidade nesse processo.

A situação configurada levou à formação de um movimento de contestação ao empreendimento e um processo de conflitos e negociação, com a participação do Poder Público municipal, Ministério Público estadual e a construtora, interferindo na condução do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)<sup>14</sup> e na emissão da Diretriz Urbanística Especial (DUE) do empreendimento pela Comissão de Parcelamento do Solo do Plano Diretor.

Analisando mais detidamente o processo e a área em questão, encontram-se outros aspectos, estes relacionados à identidade e à memória da população local. O terreno é proveniente de um loteamento antigo, anterior a uma legislação municipal específica de parcelamento do solo, no qual não havia previsão de praças nem áreas institucionais<sup>15</sup>. De fato, era uma área remanescente do loteamento, comprada em 1953 pelo clube de futebol local (atual Esporte Clube Novo Hamburgo), para construção do novo estádio, inaugurado em 1º de maio de 1954, que passou a se chamar Santa Rosa.

Aquela região, então, foi ocupada, convivendo com a rotina dos jogos e da movimentação que eles proporcionavam, fazendo parte da memória e das experiências de muitos moradores. Quando o clube desativou o estádio na primeira década do novo milênio e transferiu seu estádio para outro bairro<sup>16</sup>, deu lugar a um vácuo no espaço e na memória bem como uma esperança de alguma continuidade dessas vivências compartilhadas entre gerações.

Com a compra do terreno pela universidade, a notícia que se espalhou era a de que este serviria para um campus esportivo. Assim, as expectativas dos moradores pareciam ter sido atendidas. No entanto, essas perspectivas não foram efetivadas e o terreno foi comercializado novamente, aumentando a frustração da população do bairro e cercanias.

Outro aspecto a agregar e que auxilia na compreensão do episódio tem a ver com a formação da sociedade local. A região se constituiu a partir do processo de ocupação representado pela imigração alemã, uma urbanização e um aumento populacional acelerados, decorrentes do desenvolvimento industrial ao longo do século XX.

Esse fato representou uma alteração profunda na constituição da identidade local, gerando diversos subgrupos: desde os estabelecidos há várias gerações, com memórias, condutas e aspectos identitários específicos, a um grande contingente de *outsiders* com procedências e identidades diversas (ELIAS, 2000; SELBACH, 1999).



Nesse sentido, apesar de já haver certa diversidade, havia memórias, vivências comuns e padrões de conduta conhecidos e compartilhados. A construção de grandes empreendimentos de uma empresa externa, que abrigaria uma diversidade de desconhecidos em um curto espaço de tempo, representaria uma ameaça à estabilidade e à segurança no cotidiano local.

O movimento então toma forma, reunindo interesses diversos da proposta original apresentada pela construtora e incorporadora imobiliária. Nesse sentido, o papel das instituições públicas se torna o de mediação de conflitos.

Uma das diretrizes urbanísticas do empreendimento adotadas pelos gestores públicos<sup>17</sup> foi a construção de um espaço público de lazer, em atendimento a uma das carências no bairro, no intuito de manter e reforçar a identidade e as relações de sociabilidade locais. Mesmo antes de o primeiro condomínio ser inaugurado, em parte do terreno tornado público uma praça foi construída e entregue pela construtora, sendo ocupada tanto por moradores locais quanto de outras regiões próximas.

Figura 2 – A resignificação do espaço urbano: antigo pórtico do Estádio Santa Rosa e atual praça 18.



Fonte: Fotos do Portal Martin Behrend<sup>19</sup>.

Nesse sentido, as mudanças ocorreram, mas parte das memórias em sua materialidade foi preservada pela manutenção do pórtico de acesso ao antigo

estádio e pela inserção de referências à história do clube na praça (Figura 2). O espaço urbano passou, então, a ser ressignificado por novas vivências e possibilidades de sociabilidade. No entanto, considera-se que mesmo que novas possibilidades tenham sido criadas, elas não representam a manutenção do significado do espaço enquanto um lugar nem afastam a chance de eventuais conflitos.

Gaston Bachelard (1998) reúne em sua obra considerações a respeito do espaço e do tempo, transmutando experiências em memórias, sensações e subjetividades. Nessa perspectiva, os estudos antropológicos sobre imaginários e memórias coletivas trazem subsídios para a discussão de políticas públicas e a prática da gestão dos espaços urbanos, segundo os quais “preservar a matéria no tempo – o patrimônio – não pode estar descolado do trabalho de gerar sentido junto aos diferentes grupos sociais da dialética da duração dos lugares depositários da memória coletiva” (ROCHA; ECKERT, 2013, p. 224).

Nessa linha de pensamento, o que deve durar é “o que tem sentido afetivo na trajetória dos grupos sociais”, considerando as fronteiras simbólicas entre os grupos, as suas tensões e o reconhecimento de alteridades nas práticas sociais (ROCHA; ECKERT, 2013, p. 226). Dentro dessa dinâmica de demolição e reconstrução, do vazio do esquecimento e da renovação, os moradores de grandes áreas urbanas “são capazes de criar novas (em gestos e pensamentos) regras de ação e novas condutas para enfrentar as novas situações propostas por um ambiente em constante mutação” (ROCHA; ECKERT, 2013, p. 207).

Em meio a essas rupturas, as memórias e as vivências são reinventadas, assumindo novas formas e significados a todo instante na projeção do devir.

## **2.2 Memória e patrimonialização cultural nas sociedades contemporâneas**

Da pluralidade das culturas e da diversidade de visões de mundo, estilos de vida e artefatos culturais deriva-se a noção de identidade cultural. É essa diferença que, frequentemente se percebendo ameaçada pela renovação modernizante e pela homogeneização global, se vale da patrimonialização cultural de artefatos, festas e tradições (ZALPA, 2017).

Esse processo de homogeneização promovido pela globalização opera em dimensões que ultrapassam territórios nacionais, manifestando-se sobre lugares e paisagens locais. Todavia, segundo Hugo Achugar (1996), as possibilidades variam desde um complexo processo de reformulação e ressemantização de elementos do passado a “versões neoliberais da multiplicidade heterogênea”, com vistas a atender demandas de mercado e consumo cultural. No entanto, o autor acrescenta que a

heterogeneidade cultural e histórica dos países latino-americanos não permite imaginar uma homogeneização inexorável.

Uma das possibilidades aventadas por Achugar (1996) é a posição que desmistifica o passado idealizado a partir do qual se pode resistir às ações globalizantes, tomando-o como um lugar a partir do qual as lacunas históricas oficiais sejam problematizadas. Nessa perspectiva, o passado se converte em um lugar a partir do qual se pode construir o futuro, sem que se suponha sua restauração e muito menos seu esquecimento:

[...] fica por imaginar o trabalho de uma memória que não seja a memória passiva da recordação coisificada, mas uma memória-sujeito capaz de formular enlaces construtivos e produtivos entre passado e presente para explodir o 'tempo agora' (Benjamin) retido e comprimido nas partículas históricas de muitas memórias discrepantes e silenciado pelas memórias oficiais (RICHARD, 1994, p. 32).

No Brasil as políticas públicas em relação à preservação da memória, durante quase todo o século XX, pautaram-se na patrimonialização de monumentos históricos relativos à construção de uma identidade nacional baseada em uma historiografia bastante específica. Somente a partir dos anos 1980 houve um redirecionamento em dimensões mais amplas, considerando a diversidade das materialidades, dos saberes e dos fazeres que constituem o espectro da cultura nacional (CASTRIOTA, 2015; IPHAN, 2020).

A prática da patrimonialização e da preservação é uma construção social por meio de ações simbólicas desenvolvidas por indivíduos ou instituições com motivações e estratégias específicas (ARANTES, 2006). Assim, a referência ao passado mantém a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, definindo papéis sociais, complementariedades, mas também oposições, conflitos e silenciamentos, fornecendo um quadro de referências à vida social (POLLAK, 1989).

No entanto, a preservação de prédios e sítios histórico-culturais promovida pela patrimonialização representa apenas uma parte da questão da memória e das identidades no meio urbano. Nesse sentido, a memória como um fator social, imaginal e temporal passa por descontinuidades, ressignificações, sobreposições, transmutações, esquecimentos, assimetrias e conflitos (ROCHA; ECKERT, 2013). Esses monumentos que materializam subjetividades e servem de referência espacial, temporal e simbólica não devem restringir discussões necessárias ou reflexões sobre

a sociedade e a busca da contemplação da heterogeneidade social e da alteridade pelas políticas públicas.

No âmbito das grandes cidades, o sentido do espaço enquanto lugar gerado pelas experiências do cotidiano, e mesmo do patrimônio cultural, pode abranger uma diversidade de significados<sup>20</sup> para indivíduos e grupos sociais (TUAN, 2015; VELHO, 2013).

Se, por um lado, a proteção de edificações e sítios históricos pela preservação de memórias e identidades é almejada por políticas públicas mediante instrumentos diversos, por outro, não é imune a tensões e conflitos dentro de uma mesma comunidade<sup>21</sup>. Em meio a múltiplas realidades, projetos individuais<sup>22</sup> ou mesmo de grupos de interesses podem se contrapor às expectativas coletivas de preservação de memórias afetivas e históricas (SCHÜTZ, 2019; VELHO, 2013).

Nesse sentido, casos emblemáticos se referem a projetos de empreendimentos privados dividindo opiniões e interesses bem como gerando tensões no meio social<sup>23</sup>. Um desses casos gerou uma forma de protesto inusitada no município de Novo Hamburgo/RS, em que, para um melhor entendimento das reações geradas, é necessário compreender o contexto histórico e social da localidade.

Conforme mencionado anteriormente, o município teve sua origem com a imigração alemã no sul do Brasil no início do século XIX, cujo núcleo original era Hamburgerberg, atualmente conhecida como Hamburgo Velho. A partir da chegada da linha ferroviária em 1876<sup>24</sup>, cuja estação ficou situada a 2 km desse local, desenvolveu-se uma nova ocupação que paulatinamente se tornou o centro da vida econômica e social e passou a ser chamada de Novo Hamburgo.

Baseado inicialmente no comércio e na manufatura coureiro calçadista, o seu desenvolvimento foi impulsionado pela industrialização e posteriormente pelas exportações, principalmente após os anos 1960<sup>25</sup>.

No entanto, a partir dos anos 1990 o setor coureiro calçadista sofre com sucessivas crises, fechando várias fábricas localmente situadas e levando a um certo sentimento de nostalgia e perda expresso em charges como “é que lá tinha uma fábrica de calçados... lá tinha um curtume” (SELBACH, 1999, p. 103-104).

As duas áreas, o Centro Histórico de Hamburgo Velho (CHHV) e o Corredor Cultural (CC), na Rua General Osório, tiveram suas construções mais preservadas e, na revisão do Plano Diretor em 2004 (Lei Municipal 1216/2004), foram caracterizadas como de interesse de preservação de características da paisagem urbana, alvo de restrições construtivas.

Todavia, no entorno desse setor do Plano Diretor eram permitidas construções com altura e densidades construtivas maiores. Assim, em uma grande área situada entre setores distintos do Plano Diretor<sup>26</sup>, e atendendo aos parâmetros urbanísticos estabelecidos, é apresentada uma proposta de um empreendimento comercial e residencial considerado impactante na paisagem local pelos membros da Comissão do Plano Diretor responsável.

Apesar de contar com regulamentação mais restritiva no Plano Diretor, em parte do terreno era permitida a construção em altura<sup>27</sup>. Na ocasião, o sítio bem como o terreno não faziam parte de áreas protegidas legalmente, isto é, tombadas como patrimônio cultural, processo que ocorreu por ocasião da proposta de empreendimento como forma de salvaguarda. Então, no intuito de uma proteção legal mais efetiva do sítio histórico, foi buscado e homologado o tombamento provisório junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual do Rio Grande do Sul (IPHAE/RS.)

O tombamento provisório e o impedimento da aprovação e da construção de torres comerciais e residenciais no sítio histórico e seu entorno frustraram os planos dos empreendedores<sup>28</sup> e as expectativas de parte da população.

Essa frustração é manifestada em uma forma de protesto inusitada, mediante a inscrição no muro da frase “Capital Nacional do Passado” (Figura 3).

Figura 3 – Manifestação de tensões sobre ações de preservação de sítio histórico-cultural.



Fonte: Foto de arquivo pessoal<sup>29</sup>

A pichação faz uma paródia jocosa à titulação do município como “Capital Nacional do Calçado”, em uma ressignificação rezingona que remete à estagnação econômica provocada por sucessivas crises no setor coureiro calçadista regional e às restrições ao empreendimento em função da preservação da paisagem urbana.

Então, na concepção do autor da frase, a preservação é um empecilho à modernidade e ao projeto almejado de desenvolvimento.

Em diferentes províncias de significado, a mesma materialidade que resgata memórias afetivas pode também significar para o indivíduo a chance de rendimentos em um patrimônio monetizado. No confronto com realidades diversas e dinâmicas, os indivíduos se deparam com situações que exigem um posicionamento diverso do usual, exigindo o cotejamento de valores a preservar e a alteração de condutas e projetos individuais e coletivos (SCHÜTZ, 2019).

Assim, estabelecem-se constantes negociação e conflito entre os significados do patrimônio instituído, entre a fugacidade e a estabilidade da conservação de lugares de memória (CANDAU, 2021). No entanto, esses dois campos de significados não viriam a se tornar incompatíveis e sim compatibilizados em processos de negociação pela preservação de um bem-comum do que seria um lugar de memória<sup>30</sup>.

Nesse sentido, o conhecimento dos processos históricos e culturais da sociedade, em suas diferentes dimensões, auxilia na compreensão, na busca por soluções e aplicabilidade de políticas públicas e no planejamento urbano em projetos de desenvolvimento compatíveis com a preservação da paisagem cultural urbana e o sentido do lugar.

### **3. Conclusões**

Algumas práticas sociais se constituem pela construção de imaginários coletivos, em que medos, projetos e utopias individuais se unem e se incorporam em movimentos e interesses específicos, unindo diferentes identidades individuais ou de grupos.

Na análise de situações que envolvem o espaço urbano e seu planejamento em meio a sociedades urbanas contemporâneas, faz-se necessário conhecer o processo histórico-social de sua constituição e o contexto local, que define as práticas, as experiências e as memórias, estabelecendo significado e sentido aos espaços urbanos para os indivíduos e os grupos sociais. Nesse sentido, a interdisciplinaridade vem como um auxílio fundamental a essa compreensão.

A preservação da memória, comportando as dinâmicas de tempo e espaço no planejamento e na gestão urbana, só vem a contribuir para a manutenção do significado dos lugares, do sentido de pertencimento e cidadania bem como das referências sociais, afetivas e culturais de indivíduos e grupos nas sociedades urbanas contemporâneas.

Com isso, conclui-se que o conhecimento promovido pelos estudos culturais em seus diversos campos disciplinares, como a antropologia, a história e a geografia, pode auxiliar nas políticas públicas e no planejamento e na gestão de espaços mais significativos e inclusivos a grupos sociais e sociedade como um todo.

Assim, os processos de produção do espaço urbano e das políticas públicas de planejamento e gestão devem estar aliados à preservação de lugares de memória, em dinâmicas que valorizem a humanização e a alteridade bem como compreendam a negociação de memórias, projetos e valores pela sociedade.

Metaforicamente falando, em um mar de possibilidades, a preservação de vivências e memórias representa âncoras que, se por um lado não deixam “ir mais longe”, por outro fornecem ao ser humano a segurança de não ficar à deriva.

## Referências

---

- ACHUGAR, H. Repensando la heterogeneidad latinoamericana. **Revista Iberoamericana**, v LXII, n. 176-177, p. 845-861, jul./dic. 1996.
- ARANTES, A. A. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. **Habitus**, v. 4, n. 1, p. 425-435, jan./jun. 2006.
- BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BARROS, J. D. A. Liberdade Teórica: Uma Análise dos limites e tensões entre a criatividade Teórica e as possibilidades de incoerência. **Revista SABERES**, v. 1, 14, p. 202-237, out. 2016.
- BARROS, J. D. A. Seis desafios para a historiografia no novo milênio. **Cadernos de História**, v. 21, n. 33, p. 248-292, 2019.
- CANDAU, J. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2021.
- CASTRIOTA, L. B. A “via crítica” no patrimônio cultural: uma perspectiva comparativa. *In*: ZANCHETTI, S. M.; AZEVEDO, G. M.; NEVES, C. M. (orgs.). **A conservação do patrimônio no Brasil: teoria e prática**. Olinda: CECI, 2015.
- ELIAS, N. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2000.
- HALBWACHS, M. **Mémoire Collective**. Paris: P.U.F., 1968.
- IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **O IPHAN**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872> . Acesso em: 20 abr. 2020.
- MARTINS, Rodrigo Perla. **A produção calçadista em Novo Hamburgo e no Vale do Rio dos Sinos na industrialização brasileira**: exportação, inserção comercial e política externa: 1969-1979. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- MOSER, V.; MARTINS, R. P. **Indústria, cidades e sociabilidades no Vale do Rio dos Sinos: 1970-1980**. *In*: SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS. XI., setembro de 2013, Novo Hamburgo. **Anais**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. p. 6-21.
- POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: EXO Experimental, 2005.
- ROCHA, A. L. C. ECKERT, C. **Etnografia da duração**: antropologia das memórias coletivas nas coleções etnográficas. Porto Alegre: Marca Visual, 2013.
- RICHARD, N. **La insubordination de los signos**. Cambio político,



transformaciones culturales y poeticas de la crisis. Santiago de Chile: Cuarto propio, 1994.

SCHÜTZ, A. **Fenomenologia das relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SCHÜTZ, A. Sobre múltiplas realidades. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 18, n. 52, p. 13-47, abr. 2019. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/>. Acesso em: 25 set. 2021.

SELBACH, J. **Novo Hamburgo 1927-1997: os espaços de sociabilidade na gangorra da modernidade**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Arquitetura – PROPUR/ UFRGS. Porto Alegre, 1999.

SIMMEL, G. O dinheiro na cultura moderna. *In*: SOUZA, J.; ÖEZEL, B. (orgs.).

**Simmel e a modernidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014. p. 23-40.

SOUZA, J.; ÖEZEL, B. A metrópole e a vida mental. *In*: VELHO, O. G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 10-24.

TUAN, Y. F. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Londrina: Eduel, 2015.

VELHO, G. **Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

VELHO, G. CASTRO, E. V. O conceito de cultura e o estudo das sociedades complexas: uma perspectiva

antropológica. **Artefato**, ano 1, n. 1, p. 1-12, 1978.

ZALPA, G. Cultura, patrimônio cultural e globalização. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**. Vol. 3 – Número Especial, p. 283-301, Jul./Dez. 2017.

- <sup>1</sup> Projeto, conforme noção adotada pelo antropólogo Gilberto Velho, a partir de Alfred Schütz, são “condutas de agentes empíricos que estabelecem ações com objetivos pré-determinados” (VELHO, 2013, p. 100).
- <sup>2</sup> Com base em informações e opiniões divulgadas no Portal Martin Behrend, que trata de assuntos pertinentes à sociedade local. Disponível em: <https://www.martinbehrend.com.br/>. Acesso em: 12 jul. 2021.
- <sup>5</sup> A documentação de referência no primeiro caso é relativa aos registros em atas de processos urbanísticos da Comissão de Parcelamento do Solo do Plano Diretor de Novo Hamburgo (Lei Municipal 1.216/2004 e suas alterações). Essa comissão é responsável pela emissão de diretrizes urbanísticas para condomínios de unidades autônomas com mais de duas edificações ou blocos e pelo auxílio na condução e análise de processos de Estudo de Impacto de Vizinhança para casos que envolvam parcelamento do solo, conforme estabelecido pelo Plano Diretor local. Mais especificamente processos que tiveram passagem em Comissões do Plano Diretor do Município, apresentadas na Lei Municipal 1.216/2004 e na Lei Complementar 2.150/2010. Os processos acompanhados referem-se à emissão da Diretriz Urbanística 04/2014 da CPS para condomínios na Vila Rosa e às propostas de condomínio vertical em terreno situado entre as ruas Vítor Hugo Kunz e General Neto e do tombamento do Corredor Cultural pelo IPHAE/RS, em Novo Hamburgo.
- <sup>6</sup> Sociação é entendida como as formas de interação social entre indivíduos e grupos que podem ser da cooperação, rejeição, assimilação, etc.
- <sup>7</sup> Conforme informação disponível no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/novo-hamburgo/panorama>. Acesso em: 16 nov. 2021.
- <sup>8</sup> Conforme Atlas Sócio Econômico do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/regiao-metropolitana-de-porto-alegre-rmpa>. Acesso em: 16 nov. 2021.
- <sup>9</sup> Conforme informações no site da Câmara de Vereadores. Disponível em: [https://portal.camaranh.rs.gov.br/pm3/informacao\\_e\\_conhecimento/acervo\\_de\\_noticias/reitor-da-feevale-traz-informacoes-sobre-area-no-vila-rosa](https://portal.camaranh.rs.gov.br/pm3/informacao_e_conhecimento/acervo_de_noticias/reitor-da-feevale-traz-informacoes-sobre-area-no-vila-rosa). Acesso em: 12 jun. 2021.
- <sup>10</sup> Conforme censo IBGE 2010.
- <sup>11</sup> Conforme o site do Ministério do Desenvolvimento Regional, atualizado em agosto de 2020, a faixa 2 vai de R\$ 2.600 a R\$ 4.000, sujeito a análise de crédito pela instituição financiadora.
- <sup>12</sup> Disponível em: <https://www.martinbehrend.com.br/noticias/noticia/id/2376/titulo/parque-publico-x-apartamentos-centenas-de-moradores-abracam-area-do-antigo-estadio-santa-rosa-em-protesto>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- <sup>13</sup> A aplicação da noção de classe de Webber pode ser entendida como, fazendo parte das visões de mundo e do imaginário de grupos sociais, um símbolo de *status* e de diferença em relação a outros grupos (VELHO, 2013).
- <sup>14</sup> Estudo de Impacto de Vizinhança é um instrumento urbanístico instituído pelo Estatuto das Cidades (Lei Federal 10.257/2001) e pelo Plano Diretor municipal (Lei Municipal 1216/2004) que auxilia na determinação e na mitigação de impactos de empreendimentos públicos e privados.
- <sup>15</sup> Conforme cadastro técnico imobiliário da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo/RS.
- <sup>16</sup> Atual Estádio do Vale, situado no bairro Liberdade.
- <sup>17</sup> Como parte do processo de Estudo de Impacto de Vizinhança e de emissão de Diretrizes Urbanísticas para o empreendimento.
- <sup>18</sup> Localizada no bairro Vila Rosa, nas esquinas das Ruas Vinte e Quatro de Maio e Visconde de São Leopoldo.
- <sup>19</sup> Foto obtida no Portal do jornalista Martin Behrend. Disponível em: <https://www.martinbehrend.com.br/noticias/noticia/id/2376/titulo/parque-publico-x-apartamentos-centenas-de-moradores-abracam-area-do-antigo-estadio-santa-rosa-em-protesto>. Acesso em: 21 out. 2021.
- <sup>20</sup> Ver múltiplas realidades em Alfred Schütz (2019), projeto e campos de possibilidades desenvolvidos dentro da perspectiva de Gilberto Velho (2013).
- <sup>21</sup> O termo comunidade aqui denota uma noção weberiana de um grupo social com origens, posição e formação cultural similar e compartilhada.
- <sup>22</sup> Gilberto Velho (2013) considera o conceito de projeto conforme Alfred Schütz (1979; 2019), que o entende como conduta organizada para atingir finalidades específicas, aliando a ele, na sua construção, a noção de campo de possibilidades.
- <sup>23</sup> Essa afirmação refere-se a várias solicitações, por parte de proprietários, de reforma ou demolição de prédios considerados de interesse de preservação em Comissão do Plano Diretor responsável por pareceres relativos a sítios e prédios históricos.
- <sup>24</sup> A linha férrea foi prolongada, passando por Hamburgo Velho somente no início do século XX.
- <sup>25</sup> O município de Novo Hamburgo passa a ser denominado como “Capital Nacional do Calçado” pela realização da Feira Nacional do Calçado (FENAC) desde a década de 1960. Com as sucessivas crises no setor, criou-se uma imagem de estagnação e nostalgia em uma parcela da população (SELBACH, 1999).
- <sup>26</sup> O terreno em questão vai desde uma via arterial, a Avenida

Vitor Hugo Kunz, até a Rua General Osório, onde fica o Corredor Cultural.

<sup>27</sup> Conforme setor SM3 e CC na LM 1216/2004 e LC 2150/2010.

<sup>28</sup> Disponível em: <https://www.martinbehrend.com.br/noticias/noticia/id/1875/titulo/apos-tres-anos-de-espera-construtora-aciona-justica-para-prefeitura-aprovar-projeto-em-hamburgo-velho>. Acesso em: 12 jul. 2021.

<sup>29</sup> Fotografia obtida a partir da Avenida Vitor Hugo Kunz, em 18 de março de 2021, por Arlete Erbert.

<sup>30</sup> Esses processos de negociação tomam forma em movimentos comunitários de interesses específicos surgidos localmente nas últimas décadas do século XX: a Associação Amigos de Hamburgo Velho, em defesa da preservação do sítio histórico, e a Associação de Moradores de Hamburgo Velho, em defesa de interesses dos moradores. Atualmente essas formas de sociação (ou de interação social) são representadas, respectivamente, pela Sociedade de Amigos da Fundação Scheffel e pela Associação de Moradores e Empreendedores de Hamburgo Velho (AME Hamburgo Velho).